

APRESENTAÇÃO

A presente revista, número 46, primeira dentre as quatro anuais, é composta por 21 (vinte e um) artigos cujas temáticas envolvem os latentes questionamentos que compõem as bases jurídicas do Direito Empresarial, do conceito multidimensional de Cidadania e dos anseios porvindouros do Desenvolvimento Sócio-político.

Com a finalidade de provocar o pesquisador a aprofundar-se nos debates contemporâneos do campo jurídicos, os autores que aqui foram reunidos demonstram a complexidade e a seriedade nas quais a pesquisa jurídica deve estar ancorada.

Desta forma, o Prof. Dr. Sidney Guerra, em *Controle de Convencionalidade*, trata como os conceitos e institutos consagrados pelo direito internacional necessitam ser alterados com o passar do tempo, perpetrando novas percepções do controle sobre a eficácia das legislações.

Em seguida, Prof. Dr. Celso Antônio Pacheco Fiorillo e Prof. Dra. Renata Marques Ferreira, no artigo *20 Anos Depois da Ovelha Dolly: tutela jurídica da clonagem de animais em face da natureza jurídica do patrimônio genético como bem ambiental*, refletem acerca das reverberações das técnicas da engenharia genéticas são avaliados pelo balizamento ambiental estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Seguindo tais trabalhos, Prof. Dr. Vladimir Oliveira da Silveira e Msc. Ana Carolina Souza Fernandes, em *O Direito ao Desenvolvimento Integral em face da Política Nacional de Resíduos Sólidos*, analisam os direitos difusos dentro dos direitos humanos, da teoria do desenvolvimento integral

para entender como a Política Nacional de Resíduos Sólidos contribui para inculcar a ideia de cidadania empresarial.

Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil, em seu trabalho *A Ressignificação da Desminagem Como um Meio para a Consecução do Desenvolvimento Sustentável*, objetivou analisar o papel das atividades para a prevenção e resolução de problemas causados por minas terrestres, munições cluster e outros explosivos remanescentes de guerra.

No mesmo viés, Profa. Dra. Isabel Christine Silva de Gregori e Msc. Nathalie Kuczura Nedel desenvolveram em *Indicações Geográficas: um mecanismo jurídico apto a impulsionar o desenvolvimento enquanto revelador das diversas facetas da sustentabilidade* uma visão que confere às indicações geográficas o papel prestar a tutela do desenvolvimento efetivamente sustentável.

Em *O Exercício Ilegítimo do Discurso de Ódio Homofóbico sob a Ótica da Sexualidade e da Dignidade Humana*, Profa. Dra. Valéria Silva Galdino Cardin, Prof. Dr. Antonio Carlos Segatto e Caio Eduardo Costa Cazellato analisam a sexualidade e a dignidade como limites jurídicos à liberdade de expressão frente o discurso de ódio com o viés homofóbico.

Por sua vez, Prof. Dr. Clayton Reis e Gustavo Carvalho Kichileski pesquisam a constituição de uma ferramenta vital para a repressão e prevenção da corrupção no setor empresarial, em *Responsabilidade Civil Objetiva da Empresa por Atos de Corrupção a Luz da Lei 12.846/2013*.

Já em *Cultura e Multiculturalismo: identidade LGBT, transexuais e questões de gênero*, Profa. Dra. Livia Gaigher Bósio Campello e Welington Oliveira de Souza Costa, demonstram a possibilidade de inserção e diálogo da identidade LGBT, tratando especificamente do caso das (os) transexuais,

ante a problemática de preconceito ainda existente contra esta parcela populacional.

Prof. Dr. Nuno Coelho e Helimara Moreira Lamounier Heringer analisam a lei anti-suborno norte-americana e avaliam os prejuízos decorrentes da corrupção em *Foreign Corrupt Practices Act: uma breve análise da lei que deu origem ao combate internacional da corrupção*.

Em *Reserva do Possível e os Direitos Sociais: da previsão normativa à concretização*, Prof. Dr. Dirceu Pereira Siqueira e Maria Eduarda Pires Petris verificam como a cláusula de reserva do possível, atualmente, serve como uma válvula para se escusar das obrigações de garantidor dos Estados, como é o caso do ordenamento jurídico brasileiro.

Seguindo esta linha, o Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas e Felipe Lascane Neto, no artigo intitulado *A Razoável Duração do Processo Administrativo-Tributário e sua Eficiência: morosidade x decadência, prescrição intercorrente ou preempção*, analisam as consequências prejudiciais resultantes da demora no julgamento de questões tributárias pelos órgãos administrativos incumbidos dessa função.

Outrora, sob o enfoque constitucional, o Prof. Dr. Maurício Dalri Timm do Valle, o Prof. Dr. José Eduardo Sabo Paes e Prof. Msc. Júlio Edstron Santos demonstram a possibilidade de aplicação da teoria analítica ao Direito Constitucional, principalmente para se analisar a efetividade na própria constituição brasileira, em *A Constituição e a Concepção Hilética de Normas Jurídicas: um olhar jusfilosófico a partir da teoria analítica*.

Ainda estudando a efetividade constitucional, em *Análise da Constitucionalidade do Impedimento de Empresas Geradoras de Energia Elétrica Optarem pelo Regime Diferenciado de Tributação*, o Auditor-Fiscal da Receita Federal Glesler Sales Maldonado e o Prof. Msc. Yuri Nathan da

Costa Lannes, verificam como o Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/2006 não encontra qualquer chancela que ofereça suporte para as exclusões setoriais operadas por esta própria regra.

Por sua vez, Prof. Dr. Florisbal de Souza Del’olmo e Prof. Msc. Mário Miguel da Rosa Muraro, no artigo *Proteção da Dignidade da Pessoa não Humana: o habeas corpus do caso cecilia*, verificam os contornos deste caso concreto nomeado, em especial, a abrangência do conceito de dignidade para espécies não humanas e a alteração sensível para os pressupostos relativos à cidadania e proteção dos direitos fundamentais.

Já preocupado com a inexistência de previsão expressa da possibilidade de quebra antecipada do contrato quando o ordenamento brasileiro trata das modalidades de extinção contratual, o Prof. Dr. Frederico Eduardo Zenedin Glitz e Glenyo Cristiano Rocha, buscaram no direito comparado, em especial na Convenção de Viena respostas para tal questionamento, no artigo *Quebra Antecipada do Contrato: uma análise de direito comparado*.

Unindo o aspecto sociológico ao direito administrativo, o Prof. Dr. Daniel Ferreira e Fernanda Akemi Okazaki Guerios, em *A Discriminação da Mulher Paranaense no Mercado de Trabalho e as Ações Afirmativas em Prol da Igualdade*, averiguaram as soluções para minimizar a discriminação de gênero no país, com o auxílio de intervenção do Poder Público, para possibilitar a devida autonomia e empoderamento feminino.

Por sua vez, em *Teoria da Recepção Legislativa e os Sistemas Constitucionais*, o Prof. Dr. Francisco Ivo Dantas Cavalcanti salientou a necessidade de uma permanência no texto constitucional, contrapondo o conceito de imutabilidade relativa, visto que não se pode engessar os ordenamentos jurídicos.

Pendendo para a verificação epistemológica, o Prof. Dr. Arnaldo Vasconcelos, o prof. Dr. Antônio Walber Matias Muniz e Fernanda Eduardo Olea do Rio Muniz, no trabalho intitulado *A Ideologia como Base do Positivismo Ortodoxo Kelseniano*, objetivaram tecer considerações na filosofia na Hans Kelsen a fim de reavaliar a posição da mesma sob os aspectos científicos e ideológicos.

Ao passo da crítica em torno dos contratos de adesão relacionados com o fornecimento do serviço de acesso à internet no Brasil, Victor Augusto Lima de Paula, em *Acesso à Internet e Cláusulas Abusivas*, investigou a licitude de certas práticas empresariais e seus reflexos nos contratos firmados com os consumidores finais.

O artigo *Negacionismo Histórico e Caso Ellwanger – efetividade ou simbolismo da norma penal?*, confeccionado pelo Prof. Dr. Gilson Bonato e Prof. Msc. Décio Franco David, analisou o julgamento do habeas corpus nº 82.424-2/RS sob o enfoque distinto dos que foram usados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, propondo, portanto, uma reinterpretação do caso concreto.

O Prof. Dr. Pablo Jiménez Serrano e a Profa. Msc. Regina Célina Martinez, assinaram o trabalho *Por uma Reforma Educacional em Face da Concretização da Cidadania na Atual Sociedade da Informação*, no intuito de discutir as limitações do modelo educacional vigente e alertar acerca da necessidade de um projeto educacional que permita a inclusão dos jovens no contexto informacional em contínua transformação.

Por fim, entretanto não menos pertinente e inovador que os demais artigos, a Mestre Caroline Machado de Oliveira Azeredo Correio, em seu artigo intitulado *Dez Anos De Lei Maria Da Penha: A Importância Da Perspectiva De Gênero No Enfrentamento Da Violência*, teve a intenção de analisar a importância da perspectiva de gênero para interpretação e

aplicação da Lei Maria da Penha, visto seu núcleo estruturante e importância social para o campo jurídico contemporâneo.

Desta forma, verifica-se a intenção editorial de aproximar os debates que fomentam o crescimento epistemológico do campo jurídico, tanto em seu âmbito político quanto normativo. As argumentações aqui firmadas e as linhas tecidas fortalecem a comunidade acadêmica e saúdam um novo ano de publicações complexas, tais quais são exigidas neste período social paradigmático.